

Autoetnografia feminista negra dialogada: referência de epistemologias possíveis

Dialogue Black Feminist Autoethnography: reference of possible epistemologies

Joselina da Silva¹, Maria Simone Euclides²

Resumo

Este artigo trata-se de um exercício teórico em diálogo com diversos(as) autores(as) de diferentes áreas do conhecimento que tecem a autoetnografia enquanto proposta teórica e metodológica de pesquisa. Desta forma, temos nos valido da autoetnografia como proposta teórica, metodológica e analítica para falarmos de racismo, sexismo e diversas outras formas de opressão, sofridas por pessoas negras, sobretudo no âmbito da Educação. Apresentamos o recorte autoetnográfico discutido por nós: mulheres negras, professoras e doutoras atuando em universidades públicas federais. Neste sentido, elencamos temas/problemáticas em torno do nosso campo teórico de investigação e ação, situados em uma perspectiva interseccional feminista negra dialogada. Nosso objetivo é então propiciar uma maior aproximação deste tema a uma plateia brasileira, acadêmica ou não, que deseje alcançar o atual estado das reflexões sobre esta metodologia. Estamos seguras de que este trabalho não esgota ainda as visitas que estamos fazendo a vários(as) autores(as) que se dedicam ao tema. Esta é, portanto, uma discussão que não pode ser denominada de exaustiva e definitiva sobre autoetnografia em português. É um princípio de diálogo que, auguramos, possa vir a ser complementado por nós e outras(os) pesquisadoras(res).

Palavras-chave: Autoetnografia; Feminismo negro; Epistemologias; Antirracismo.

Abstract

This article is a theoretical exercise in dialogue with several authors from different areas of knowledge that weave autoethnography as a theoretical and methodological research proposal. In this way, we have used autoethnography as a theoretical, methodological and analytical proposal to talk about racism, sexism and various other forms of oppression suffered by black people, especially in the context of Education. We present the autoethnographic approach discussed by us: black women, professors and doctors working in federal public universities. In this sense, we list themes/problems around our theoretical field of investigation and action, situated in a dialogued black feminist intersectional perspective. Our objective is, therefore, to provide a closer approach to this topic for a Brazilian

¹ Pós-doutora pela Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP), Lima, Peru. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil. Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Brasil. *E-mail:* joselinajo@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Ceará, Brasil. Professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. *E-mail:* maria.euclides@ufv.br

audience, academic or not, that wants to reach the current state of reflections on this methodology. We are sure that this work does not yet exhaust the visits we are making to various authors who are dedicated to the subject. This is, therefore, a discussion that cannot be called exhaustive and definitive about autoethnography in Portuguese. It is a principle of dialogue that, we hope, can be complemented by us and other researchers.

Keywords: Autoethnography; Black feminism; Epistemologies; Anti-racism.

Introdução

Vimos – Simone Euclides e Joselina da Silva – escrevendo sobre autoetnografia (EUCLIDES, SILVA, 2018; EUCLIDES, SILVA, 2019). Neste caminhar, temos sido instigadas a falar ou escrever sobre esta proposta teórica e metodológica. Percebemos que grande parte da literatura acadêmica sobre o tema segue em língua inglesa. Mais adiante, encontramos alguns casos em espanhol, e escassos artigos em português. Corroboram estes achados as expressões e perguntas que nos têm sido apresentadas durante este nosso momento de elaboração teórica. Estes fatos nos levaram a entender que ainda é um tema jovem na academia brasileira e, portanto, merece uma detida observação. Decidimos, então, proporcionar, neste artigo, um exercício teórico em diálogo com diversos(as) autores(as) de diferentes áreas do conhecimento. Nosso objetivo é, então, propiciar uma maior aproximação deste tema a uma plateia brasileira, acadêmica ou não, que deseje alcançar o atual estado das reflexões sobre esta metodologia.

Ao sermos convidadas pela Profa. Ângela Brito para integrar esta obra, vimos a oportunidade para redigir este artigo teórico inaugural. Estamos seguras de que este trabalho não esgota ainda as visitas que estamos fazendo a vários(as) autores(as) que se dedicam ao tema. Esta é, portanto, uma discussão que não pode ser denominada de exaustiva e definitiva sobre autoetnografia em português. É um princípio de diálogo que, auguramos, possa vir a ser complementado por nós e outras(os) pesquisadoras(res).

Desta forma, temos nos valido da autoetnografia como proposta teórica, metodológica e analítica para falarmos de racismo, sexismo e diversas outras formas de opressão, sofridas por

pessoas negras, sobretudo no âmbito da Educação. Ao mesmo tempo, abordamos modalidades de reação e desafio, a estas e outras diversas formas de exclusão e desigualdades. Apresentamos o recorte autoetnográfico discutido por nós: mulheres negras, professoras e doutoras atuando em universidades públicas federais. Neste sentido, elencamos temas/problemas em torno do nosso campo teórico de investigação e ação, situados em uma perspectiva interseccional feminista negra dialogada.

Fundamentos teóricos: caminhos iniciais da autoetnografia

Em seu texto, Blanco (2012) faz uma atenta análise comparativa sobre a diferença entre autobiografia e autoetnografia. Como nosso olhar neste artigo centra-se na segunda, restringimo-nos apenas a recomendar o trabalho dessa autora a quem se interessar pela sua análise. A autoetnografia baseia-se no fato de que se pode entender contextos sociais e históricos através de uma determinada trajetória individual. Ou seja, a experiência de quem narra ou é narrado(a) serve como caminho a permitir que contextos históricos, geográficos e epistemológicos possam ser revelados. A respeito da escassa literatura acadêmica sobre o tema, Blanco (2012), olhando para as experiências mexicanas, indica o número ainda esparsos de estudiosos e estudiosas que se dispuseram a empreender escritos onde suas trajetórias profissionais e de vida estejam interligadas. Segundo ela, esta observação pode ser administrada em diferentes áreas das Ciências Sociais em seu país. Ousaríamos afirmar, embora sem maiores análises, que o quadro nacional brasileiro não se situa num cenário diferente do apontado pela autora. Muito ainda temos que caminhar nesta direção. Estamos, portanto, distantes de uma sólida escola

acadêmica onde esses estudos tenham âncora e suporte. Nossas produções teóricas, em seu número mais significativo, seguem o ideário canônico da neutralidade científica. Como veremos adiante, esta é uma orientação que conflita com a proposta teórico/metodológica na qual repousa a autoetnografia.

A autoetnografia leva diretamente a grupos que lhe são receptivos, bem como àqueles que a criticam veementemente. Ou seja, provoca um cenário de tensão em sua elaboração e aplicação. Este cenário, segundo a autora, é fomentado pelo fato de que a geração e a transmissão de conhecimentos podem ser produzidos mediante caminhos e formatos plurais, o que pressupõe discussões epistemológicas de diversas ordens (BLANCO, 2012). É uma forma autonarrativa, ou seja, o *si mesmo* no interior de um determinado contexto social. A análise é arranjada por quem vive e é referenciada por suas inserções cotidianas e experiências nos planos micro e macro. Portanto, vozes diversas podem ser emitidas no mesmo texto, embora a escrita seja individual. Autores(as) deixam de ser os detentores da verdade única emanada na escrita. Mesmo que detenham a autoria, são também participantes da ambiência ali estudada. Situam-se, neste sentido, numa posição pluralizada no interior da análise, assumindo diferentes papéis.

O sujeito que expressa o significado é o mesmo que interpreta e se configura também em quem coordena sua autoria. Ao falar de si, o faz a partir de um contexto maior no qual as suas experiências e sentidos emergem, imbricados na relação autor(a) e narrador(a). Desta forma, apresentam a exposição do que vivem, bem como materializam e ganham corpo na escrita, no devir e do dizer. Portanto, agenciam as suas ações e reflexões, dentro de uma totalidade no tecido social (REED-DANAHAY, 1997).

A categoria autoetnografia passa a estar presente no vocabulário acadêmico das Ciências Sociais a partir das décadas de setenta e oitenta. Segundo Blanco (2012), um dos trabalhos iniciais foi o de David Hayano (1982) – quando de seu estudo sobre jogadores de *poker* –, cuja visão da autoetnografia se aplicava “ao estudo de um grupo social ao qual o(a) investigador(a) se considerasse

como o seu próprio. Seja por sua inclusão socioeconômica, ocupação laboral ou desempenho de alguma atividade específica” (BLANCO, 2012, p. 172). Naquela conjuntura, explica a autora, a autoetnografia buscava se distanciar da autobiografia, procurando estudar grupos de pessoas.

Já os anos noventa demarcam um novo momento inaugural. Fazem-se presentes os escritos de Carolyn Ellis e Arthur Bochner, que se transformam nos grandes promotores da autoetnografia (BLANCO, 2012). Eles permitiram entender que se pode analisar o pensar, o fazer e o sentir das pessoas. Dito de outra forma, deixa ao(a) etnógrafo(a) a oportunidade – através da investigação qualitativa – de compreender as noções de sentido e significado emprestados pelos atores sociais às vivências e lugares que eles ocupam na sociedade.

Mitra (2010), ao referir-se aos estudos teóricos e ao conhecimento em relação à autoetnografia, considera-os como uma lente através da qual se procura mapear o mundo real e as ações sociais. Além disso, enquanto processo:

sabe-se que os autoetnógrafos não usam apenas ferramentas metodológicas e a literatura para analisar a experiência, mas também a experiência pessoal é utilizada para ilustrar facetas da experiência sociocultural. Ao fazê-lo, expõem os aspectos singulares e familiares para os insiders e os outsiders (SANTOS, 2017, p. 45).

Santos (2017, p. 214) afirma que a autoetnografia “pode ser reconhecida como metodologia científica e crítica capaz de desvendar, em sua maneira autorreflexiva, novos e profícuos caminhos para a pesquisa sociológica”. Também menciona o fato de que ela é um produto e um processo. Esta metodologia tem sua escrita em primeira pessoa e, por conseguinte, vale-se de técnicas da literatura para dar amparo ao escrito. É deste lugar que os relatos pessoais (autobiografia), ao lado daqueles de quem pesquisa – neste caso, o(a) etnógrafo(a) –, compõem o texto acadêmico. Essas duas narrativas, estejam elas reunidas ou em separado, perfazem o contexto sociocultural em análise (BLANCO, 2012).

Nosso argumento procura ampliar a análise de Santos (2017). Percebemos a autoetnografia, enquanto proposta teórica, metodológica e política, a partir de recortes temporais e temáticos que contribuem para a compreensão de novos olhares e epistemes sobre assuntos ainda pouco validados na seara científica, na qual frequentemente sujeitos tornam-se objeto do conhecimento, sem ação, sem voz e sem autoridade. Recorremos à autoetnografia por ser uma forma autonarrativa, ou seja, o *si mesmo* no interior de um determinado contexto social, análise de si em um contexto social. O sujeito que expressa o significado é o mesmo que interpreta e é também o autor (REED-DANAHAY, 1997). Na persecução de seu objetivo de demarcar o início e o surgimento da autoetnografia, Douglas e Carless (2013) destacam que os anos setenta marcam uma ampliação dessa metodologia, tendo como ambiência o desenvolvimento de uma sociologia existencial, uma fenomenologia e uma etnometodologia, todas pós-Escola de Chicago.

No exercício de explicar historicamente a construção desta categoria, Blanco (2012) nos diz que, ao longo das três décadas anteriores ao seu texto, a autoetnografia consagrou-se como o campo onde objetividade e subjetividade se compunham de maneira a questionar as tradicionais divisões nesse sentido. Tendo resenhado alguns autores que se dedicam ao estudo e pesquisa com e sobre o tema, a autora conclui pela existência de uma unanimidade entre estes. Ou seja, a estrutura narrativa ocupa posição primordial nessa metodologia.

Segue Blanco (2012) lembrando que a tradicional metodologia de entrevista, transcrição de fragmentos ao longo do texto, mesmo que acompanhada de análise, não se configura uma autoetnografia. Para tanto, “a inserção da narrativa pessoal”, acompanhada de “estratégias literárias” (BLANCO, 2012, p. 173) são preponderantes para a construção autoetnográfica. Assim, não possui uma única forma de escrita e menos ainda resultados cristalizados – o que origina textos totalmente diversos entre si, uma vez que as experiências de vida e a forma como seus relatos são desempenhados

já serão contribuintes de relações socioculturais individuais, embora em ambiências que poderão ser coletivizadas.

Portanto, a cultura e o seu contexto ocupam lugar de primazia na autoetnografia. A linha que estabelece a fronteira e os limites entre o pessoal e o cultural é, então, pouco demarcada. À vista disso, podem ser borrados a qualquer momento da investigação e de seus resultados. Cada autor(a) decidirá, ao longo de seu trabalho, o que será mais enfatizado, ou seja, se terão prioridade o âmbito cultural, a investigação em si ou o quantum de pessoal presente no estudo em tela.

No Brasil, é possível destacar a tese de doutorado realizada por Silvio Matheus Alves Santos (2019) como um trabalho de grande contribuição autoetnográfica. O título é “Experiências de desigualdades raciais e de gênero: narrativas sobre situações de trabalho em uma *fast fashion*”, e foi desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Em seu trabalho, Santos lança mão da autoetnografia para dialogar sobre o racismo no cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras negras em empresas *fast fashion*, uma em Aracaju e outras duas em São Paulo. O objetivo era fazer uma imersão de si enquanto personagem e sujeito da pesquisa, já que ele também foi funcionário em uma das empresas. Santos comunga suas vivências articuladas aos nós (outros trabalhadores e trabalhadoras), à sua narrativa e às narrativas dos funcionários.

A partir do uso da etnografia com estes últimos, Santos analisa as práticas de racismo institucional e pessoal presentes nestes *lôcus* de trabalho, articuladas à dimensão de gênero e raça, buscando entender, também, os impedimentos e as estratégias desenvolvidas por mulheres e homens negros no enfrentamento ao racismo. Como ele mesmo cita, “o sujeito da experiência adquire o estatuto analítico de objeto da observação”. Ele apresenta e inaugura de modo metodológico e analítico no campo das Ciências Sociais a discussão autoetnográfica ainda tão escassa no cenário da pesquisa científica no Brasil.

Autoetnografia feminista negra (Black Feminist Autoethnography - BFA)

Salteras (2016) afirma que a Black Feminist Autoethnography (BFA) é uma maneira criativa de contar histórias da vida das mulheres negras atentando para os aspectos teóricos e metodológicos. Aduz a autora que a união do pensamento feminista negro e a autoetnografia é o que torna possível a elaboração da BFA. Segue ainda afirmando que apenas o ponto de vista da mulher negra pode validar esta metodologia, na qual raça e gênero, classe e história social, ao lado das influências, podem ser evocadas no decorrer da investigação e do texto teórico.

Na sequência da sua análise, Salteras (2016) lembra que uma vez que mulheres negras têm sido silenciadas, a BFA apresenta-se como uma oportunidade de “give voices to the voicelles and reaffirm the notion of black women as agents of knowledges” (SALTERS, 2016, p. 25). Este atributo se faz presente, notadamente, porque no que se refere às mulheres negras, a análise deve ter a interseccionalidade como fio condutor da metodologia. Portanto, a autora nos informa que a autoetnografia é a reunião da memória de quem escreve com a descrição geral do que é analisado. A memória é, assim sendo, reelaborada analiticamente, tendo o ponto de vista da mulher negra como referência para o desenvolvimento dos aspectos como opressões de classe, gênero e raça em confronto com a realidade vivida pelo(a) autoetnógrafo(a).

Neste sentido, a BFA assemelha-se, em seu processo de realização, ao que ocorre com a autoetnografia em geral, ou seja, a coleta de dados, seguida pela análise e interpretação destes, finalizando com o relatório da pesquisa em si, o que pode resultar em escrita de livros e/ou artigos acadêmicos (SALTERS, 2016). Por seguro, continua a autora, é exigido da BFA, como da tradicional autoetnografia, que os aspectos analíticos e os olhares interpretativos sejam atendidos na realização e finalização da pesquisa. É mister enfatizar que o pensamento feminista negro é o aporte teórico de referência para a construção da análise.

Baseadas nestas reflexões, consideramos – Simone Euclides e Joselina da Silva – que devemos apreciar que, enquanto uma proposta teórica e metodológica, a autoetnografia feminista negra traz à tona a prerrogativa de uma ciência também situada, que propõe sujeito, ação, autonomia e autocrítica. Falamos de uma ciência pessoal, plural e política, com vozes epistêmicas da margem ao centro e vice-versa – como nos diria Patricia Hill Collins (2016) –, feita pelas ditas pautas marginais e reelaborada a partir destas. Autorizam, nesta direção, uma construção de pensamento descentralizada e autorizativa de vozes emanadas de origens tão longamente refutadas.

Quanto às críticas sobre a autoetnografia tomando-as apenas como escritas de si, Santos (2019) argumenta que a autoetnografia não se trata somente disso (escrever sobre si), uma vez que um(a) autoetnógrafo(a) não está alijado(a) das relações sociais. E, sim, é integrante de todo um contexto inter-relacional no qual se dá a construção de suas experiências de vida, quer sejam positivas ou negativas, individuais e/ou coletivas.

Ainda de acordo com Norman Kent Denzin e Yvonna Sessions Lincoln (2000):

Cada pesquisador fala de dentro de uma comunidade interpretativa. O método qualitativo (autoetnográfico) é guiado por um conjunto de crenças e sentimentos do pesquisador sobre o mundo e sobre como este pode ser compreendido e estudado. Feminismo, marxismo, questões étnico raciais, todos esses termos, são vistos como modelos privilegiados numa ontologia real materialista que o mundo concreto faz uma diferença significativa quando atentamos os termos raça, classe e gênero (*apud* SANTOS, 2019, p. 39-40, grifos das autoras).

As nossas escolhas teóricas, por exemplo, não se dão por acaso. Fazem parte da maneira como imergimos no mundo fisicamente e intelectualmente, tendo por base a realidade que nos abarca. Assim, pensar a neutralidade científica nas pesquisas acadêmicas torna-se uma discussão cheia de retóricas e desilusões.

Diferente da etnografia, que é mais frequentemente associada com e publicada por acadêmicos brancos, a BFA é uma práxis metodológica e teórica incorporada que converge o pensamento feminista negro e a autoetnografia. Diferente de outros escritos autonarrativos, como memórias e etnografia tradicional a BFA enfatiza o ponto de vista único e valioso das mulheres negras, que tem que lidar simultaneamente com questões de raça, gênero e classe, além das influências sócio-históricas (SALTERS, 2016, p. 24).

Portanto, para se compor o que se convencionou chamar de BFA fazem-se necessários dois pilares teórico-metodológicos: o pensamento feminista negro (COLLINS, 2016) e a autoetnografia. Assim, obtém-se uma metodologia através da qual os(as) acadêmicos(as) podem criar criticamente uma narrativa que permita perceber a dor e o prazer de ser mulher negra (GRIFFIN, 2012). Dito de outra forma, o aspecto individual toma lugar de referência em comunicação com o contexto em que ocorre a investigação.

A BFA permite não apenas que o(a) pesquisador(a) traga à público as múltiplas maneiras de a comunidade refletir sobre a sua realidade. Mas inclui, também, a forma como expressa suas identidades. Para além disso, a BFA consente que se perceba o quanto as expressões diárias e as escolhas da comunidade influenciam diretamente nas construções de identidades sociais.

Por conseguinte, a Black Feminist Autoethnography contribui diretamente de forma a permitir que mulheres negras redefinam “the agency, the self determination, the talk back to sistem of oppression” (SALTERS, 2016, p. 28). Nesta direção, trata-se de uma metodologia que, além de documentar dados, autoriza uma chave de análise que explica as experiências e as teorias encontradas e formuladas ao longo da pesquisa. Ademais, tal metodologia é capaz de promover a ruptura/desruptura em relação ao que a autora denomina de uma dinâmica elitista, racista e sexista das tradicionais pesquisas.

Autoetnografia feminista negra dialogada: proposta para uma definição

“A história pessoal deve se tornar o trampolim para uma compreensão maior”. Ou seja, é preciso que haja um cuidado para que a pesquisa não se reduza apenas à experiência do pesquisador, tornando-se um discurso egocêntrico e esvaziado, que poderia empobrecê-la. Pelo contrário, a experiência deve ser uma forma de potencializar a pesquisa, apresentando outras perspectivas sobre um tema. Ao mesmo tempo, a autora lembra que não há como um discurso ser neutro, afinal, o pesquisador o desenvolve, também, a partir de suas percepções (FORTIN, 2009, p. 83 *apud* SANTOS; BIANCALANA, 2018, p. 87).

Nas autoetnografias negras feministas e dialogadas tem-se como momento de partida e chegada o ponto de vista da mulher negra como referência para o desenvolvimento dos aspectos como opressões de classe, gênero e raça, em confronto com a realidade vivida pela autoetnógrafa. Elas por si, sujeitas, protagonistas e intelectuais negras.

Em diálogos com o pensamento feminista negro e a autoetnografia, partimos – Simone Euclides e Joselina da Silva – de uma escrita ancorada em vozes e reflexões de duas mulheres negras, transversalizadas por questões raciais, de gênero, faixa etária, religiosidades, sexualidades e famílias. Além disso, tecemos considerações atinentes ao diálogo autoetnográfico a partir de uma perspectiva política antirracista e antissexista em nossas narrativas individuais, coletivizadas e contextualizadas, notadamente no âmbito da Educação.

O ato de transitarmos nesses dois caminhos autoetnográficos permite uma teorização e uma polifonia nas nossas construções políticas e epistemológicas em torno de distintas questões analíticas de gênero, raça e sociedade. Adotamos a autoetnografia como proposta teórica e metodológica para seguirmos denunciando o racismo no meio acadêmico, além de nossos percalços nesse espaço. Simultaneamente, compartilhamos nossas práticas

enquanto docentes negras em universidades públicas do Brasil. Tratamos como escritas de si e escrita de nós para problematizarmos o racismo e o sexismo em nossas trajetórias.

Em nossos “exercícios autoetnográficos”, tomamos como recortes temáticos as intelectualidades de professoras doutoras negras. Dentro deste recorte macro, situamos a incidência do racismo institucional, rumos acadêmicos e pessoais, racismos e agenciamentos. Nosso fazer autoetnográfico centra-se em três eixos principais: mulher negra, ciência e racismo institucional. Aqui, o ato de apresentar e tecer sobre esses pontos coaduna com o intuito subjacente de denúncia e anúncio de mulheres negras e intelectuais em suas respectivas resiliências e reexistências.

A proposta de autoetnografia dialogada dá-se a partir das narrativas de duas docentes: Profa. Dra. Joselina da Silva, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Profa. Dra. Maria Simone Euclides, da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Nesta construção dialógica e dialogada, mesmo com uma diferença geracional, ou seja, Joselina da Silva acima de sessenta, e Simone Euclides acima de trinta anos, problematizamos o racismo e as suas *performances* nas experiências de cada uma. É, portanto, o vivido em momentos distintos e reelaborado à luz de novos elementos, e a compreensão das relações raciais no hoje (SANTOS, 2017). As imersões autoetnográficas entre duas pesquisadoras negras, separadas no espaço-tempo, evocam comparações e distinções sobre as implicações do racismo em nossa corporeidade nos espaços onde atuamos. Permite também que tragamos em nosso diálogo autoetnográfico o fazer, o agir e o reexistir de outras mulheres negras, direta ou indiretamente relacionadas com a nossa construção teórica ou com os achados da pesquisa.

Assim, pensar Joselina da Silva, o seu ingresso no Ensino Superior, realização de mestrado e doutorado, e da mesma forma Simone Euclides, em novo cenário de políticas de ações afirmativas, é também compreender os avanços adquiridos pelos movimentos sociais negros e de mulheres

negras, a sua pressão sobre o Estado para a garantia de políticas públicas para a permanência da população negra no Ensino Superior. Ao falarmos sobre as nossas realidades, questionamos e problematizamos a sociedade racista e sexista na qual vivemos. Trazemos as múltiplas formas do racismo em nossas trajetórias acadêmicas e profissionais, as relações de poder nas universidades, as inúmeras *performances* do racismo e as resiliências nossas e de outras ao nosso redor, na contemporaneidade e em nossos passados. Todos estes são temas da alçada da autoetnografia feminista negra dialogada.

Portanto, cotejamos nossas subjetividades dentro de um contexto objetivo, no qual o racismo ainda baliza as relações sociais. Nossa narrativa está calcada em um contexto materializado nas nuances raciais, presentes ao longo do processo de colonização. Do mesmo modo, estas emergem de uma estrutura racista patriarcal. Relacionamos o pessoal ao contexto, à situação social, às nossas ausências nos espaços de “poder”, a uma cultura racista, classista e de ordem patriarcal estruturada na totalidade das nossas relações e que incide de modo bastante diretivo em nossas escritas.

Como bem já ressaltou Simone de Beauvoir, o pessoal é político. Assim sendo, nossas histórias valem e contam muito. São relatos que perpassam narrativas de opressão ou de caminhos de ressignificação trilhados por outras mulheres negras. Somos corpos negros em diáspora, resultado de um passado presente escravagista. Simultaneamente, são também corpos insurgentes que se fazem presentes em espaços que seguem na intensa tentativa de invisibilizar e anular sua existência, enquanto seres pensantes e atuantes. Paralelamente e na mesma intensidade, experiências exitosas de vida e de luta se fazem presentes no texto e nos resultados das análises.

A autoetnografia feminista negra dialogada nos permite fazer uso da imersão do nós em um contexto maior onde racismo e sexismo estão incrustados nos espaços institucionais e dar materialidade e um caráter político às discussões sobre o racismo epistêmico e institucional. Da mesma

maneira, como a autoetnografia negra feminista (BFA), acima abordada, esta que agora apresentamos tem no pensamento feminista negro o seu ponto de apoio referencial. Diferentemente daquela teoria elaborada em solo estadunidense, em nosso caso trazemos para o diálogo também as epistemologias criadas por mulheres negras, brasileiras latino-americanas e em diáspora. Assim sendo, as contribuições de Luiza Bairros, Lélia Gonzales, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro e Nilma Lino Gomes, entre tantas outras brasileiras, ao lado das reflexões de Ochi Curriel, Grada Quilomba, Yuderlys Espinosa, Theodora Hurtado – só para citar algumas afro-latino-americanas –, contribuem com a polifonia de nossos diálogos negros feministas e autoetnográficos.

Entendemos como produtoras de pensamento – por conseguinte, fontes referenciais importantes – também aquelas mulheres negras que se encontram fora das hostes acadêmicas, mas que, ao mesmo tempo, nos guiam em suas reflexões e visões de mundo. Portanto, a metodologia por nós proposta busca inserir no diálogo saberes, olhares e experiências de mulheres negras de diferentes lugares de enunciação. Deste modo, permite que o conceito pensamento feminista negro se amplie e encampe também mulheres negras – não necessariamente se autodenominando feministas – que, através de suas histórias de vida, têm contribuído para a construção de uma realidade sem opressões e desigualdades.

Nos referimos, por exemplo, a dezenas de líderes quilombolas, às mulheres atuantes nos terreiros, nas associações de moradores, nas lutas por moradia, educação, saúde, nas comunidades de favelas e periféricas e inúmeros outros temas, onde mulheres negras, ainda invisibilizadas – e à espera de maiores pesquisas –, têm contribuído para a formação de um pensamento crítico, com a incansável esperança de concretizarem melhores realidades para si e para suas comunidades. Portanto, o pensamento feminista negro, seja elaborado no âmbito acadêmico ou na práxis dos movimentos sociais de mulheres negras, atua como cimento a balizar

nossas experiências no mundo, refletidas de modo crítico e profundo nos textos produzidos de forma dialogada.

Ademais, embora pessoais, as tessituras da autoetnografia feminista negra dialogada transversalizam uma dimensão macro das desigualdades existentes que atravessam e afetam sobremaneira a vida de boa parte das mulheres negras em nosso país. Refletir sobre esses marcadores em um diálogo autoetnográfico possibilita trazer à tona feridas e marcas tão presentes em nós. Consequentemente, torna possível evidenciar estratégias de mudança, bem como os momentos de realização e júbilo diante de uma negritude elaborada e empregada como marca de construção de identidade e altivez, guiada por uma ancestralidade fundada no continente africano e que se faz presente na cotidiana diaspórica.

Logo, possibilita também abriremos o diálogo, reflexão e ação para desnaturalizar as desigualdades dentro e fora dos espaços acadêmicos. Abordar temas tão complexos contribui para desanuviar a ideia da igualdade de direitos e da dimensão do mérito. Vale destacar, portanto, que a autoetnografia feminista negra dialogada, como proposta de pesquisa, está baseada em narrativas autobiográficas, porém pressupõe também a análise crítica sobre os fatos relatados, ou seja, em sua dimensão contextual.

Nesta direção, em nossos escritos, buscamos demonstrar que narrar a partir de nossa atuação na sociedade nos ajuda a propor o repensar de lógicas de dominação, assim como a valorizar nossas conquistas e superações em diálogos coletivos. Autoetnografar é, ao mesmo tempo, entender e ressaltar a força de nossa corporeidade em um país desigual. Portanto, escrevemos e produzimos na primeira pessoa do singular e no plural: eu e nós. Os estudos autoetnográficos centram nas experiências como ponto de partida para uma reflexão analítica sobre dilemas cruciais no que tange a pensar os problemas sociológicos derivados das condições hierárquicas e de poder, tais como raça, gênero, classe e sexualidades.

De acordo com Santos (2019, p. 32), a “autoetnografia: nos remete a um tipo de fazer específico, por sua forma de proceder, ou seja, da maneira de construir um relato (escrever) sobre um grupo de pertença (um povo), a partir de si mesmo (da ótica daquele que escreve)”. Perguntamos: seria presunção nossa (Joselina da Silva e Simone Euclides) falar de um grupo tão plural (mulheres negras) a partir de narrativas autoetnográficas dialogadas advindas de apenas duas mulheres negras? O que nos leva a esse interesse em falar a partir de nós, das nossas vivências racializadas com as experiências coletivas de nosso grupo de pertencimento étnico, racial e de gênero? Uma das respostas pode ser a compreensão do plano macro, político, histórico e cultural, bem como dos atravessamentos e marcadores que condicionam histórica e sociologicamente as desigualdades entre negros e não negros, homens e mulheres em nosso país.

Assim, há de levar em consideração que apenas a experiência sentida, dialogada e refletida por si só não configura uma autoetnografia. É preciso esse emergir, sair de si estando em si, fazendo releituras do cotidiano e das contradições nele presentes. A autoetnografia enquanto método de escrita e análise trata de uma observação analítica para tentar entender um contexto vivido. Escrevemos nossa experiência como história. Aqui tecemos (Joselina da Silva e Simone Euclides) caminhos de assunção de nós, de pertencimentos, de libertações cotidianas e de lentes acuradas para compreendermos as possibilidades de intervirmos nos espaços e na sociedade, onde atuamos.

Nesta mesma direção, Brown-Vincent (2019) ao falar da autoetnografia negra feminista, assim se expressa:

A História refere-se simplesmente aos eventos de um passado longínquo, a autoetnografia permite que nos situemos onde pertencemos de forma que nos ajude a entender e formatar nossos presentes e futuros. A Autoetnografia, negra feminista vai mais além, ao reunir ambas e nos forçar, não apenas a encontrar os (as) oprimidos (as) mas, a buscar teorizar e operacionalizar os achados em prol da libertação, porque não podemos nos dar ao luxo de ingerir

passivamente todas as histórias de condenação, que nos tem sido impostas, colocadas diante de nós. Temos que ativamente procurar histórias que demonstrem a possibilidade de um mundo melhor a partir do qual possamos decifrar as ferramentas necessárias para a construção de nossas liberdades. (Tradução das autoras).

É com este ancoradouro que a autoetnografia feminista negra dialogada, por nós proposta, se faz elaborada. Duas vozes num compromisso ético e estético, que buscam conferir um devir a pensar e a reafirmar cosmologias e epistemologias ainda marginalizadas no âmbito acadêmico científico dito “positivista”. Dialogamos com situações onde racismo, desigualdades econômicas e de gênero seguem imperando. Nossas experiências são relacionais dentro de um contexto sócio, político e cultural diverso. Capturar essas experiências individuais e coletivas é construir um mosaico ou um quebra-cabeça para entender a incidência de determinados fenômenos, e assim pensar em proposições de rupturas deles.

Partimos dos recortes temáticos: mulher negra e ciência, mulher negra e violência, mulher negra e maternidades... Uma infinidade de diálogos que podem ser tecidos à luz da autoetnografia negra feminista individual ou dialogada. Rupturas no que tange ao pensamento racionalista no qual há a distinção entre aquele que escreve sobre algo e esse algo que escreve.

Conclusão

Entendemos a autoetnografia como um ponto de partida para dialogarmos, e partimos, aqui, de alguns pressupostos que ajudam a desvelar outras temáticas concernentes à compreensão do ser mulher negra em uma sociedade transversalizada de vários marcadores interseccionais ainda pouco debatidos no cenário acadêmico.

A autoetnografia feminista negra dialogada pode se revelar um instrumento teórico, metodológico e político para trazer à tona vozes de mulheres e seus múltiplos atravessamentos e relações de poder, tais como mulheres negras e violência,

transvestilidades negras e educação, mulheres negras campesinas e o patriarcado, mulheres negras e o encarceramento feminino, mulheres negras e o genocídio da juventude negra, matriarcado negro e feminismos negros, dentre outros temas que desde sempre confirmam situações de vulnerabilidade de corpos negros, todas situadas em um país historicamente racializado e estruturado a partir da dimensão “raça” e seus desdobramentos no âmbito do capitalismo, sexismo, patriarcado e violência.

Temos em vista que o alcance de nossas vozes autoetnográficas vai para além do que se poderia enquadrar em um *lôcus* tradicionalmente científico. Valemo-nos, aqui, das inúmeras possibilidades de outras falas autoetnográficas emergirem a partir das agências e provocações autoetnografadas realizadas por duas mulheres negras atravessadas de modo plural e situado nas estruturas racistas, de gênero e mulheridades. Intentamos seguir a partir de uma epistemologia feminista negra, em busca de contribuir com a ruptura relativamente ao pensamento racionalista, no qual há a distinção entre aquele que escreve sobre algo e esse algo que ele escreve. Narrar, escrever, refletir e teorizar são partes intrínsecas das próprias sujeitas da pesquisa, quando utilizamos a autoetnografia.

Falamos a partir do ponto de vista de nossa corporeidade, gênero, classe e pertencas religiosas, de sexualidades e faixa etária, numa perspectiva interseccional. A autoetnografia feminista negra dialogada pode oportunizar a produção de vozes ecoantes das discussões ainda marginais relacionadas às questões de mulheres negras, população LGBTQIs, dentre outros nichos tratados de modo desigual na sociedade. É possível, assim, valer-se dela enquanto dispositivo político de escritas e denúncias dos marcadores da diferença que afetam as corporeidades e as suas subalternidades neste país, sobretudo em uma nação que ainda hoje nega e camufla o racismo enquanto estruturador da sociedade. Um país onde ainda impera de modo ostensivo o mito da democracia racial concomitante ao constante genocídio da população negra, marginalização da pobreza negra, hipersexualização de mulheres negras, manutenção de um *status quo*

de privilégios para a população não negra, entre outras desigualdades.

Por que realizar um texto de autoetnografia feminista negra dialogada? Como já mencionamos em linhas acima, seguimos sendo quase ausentes nos espaços acadêmicos, no âmbito da docência universitária e como pesquisadoras. Falar e narrar sobre os racismos se faz pertinente na medida em que ajuda a compreender os mecanismos que limitam a nossa inserção. Oportuniza também a existência de diálogos, bem como o reconhecimento das mulheres negras fazendo ciência, o que leva a inquietações e problematizações do cotidiano na sala de aula, contribuindo para dismantelar facetas do racismo institucional. Nesse sentido, significa novas lentes para se pensar as relações raciais nas instituições de Ensino Superior.

Desse modo, o exercício autoetnográfico que tecemos aqui não se esgota com a discussão sobre mulheres negras e ciência. Há tantos outros lugares a serem evocados, do pessoal ao político, do individual a proposições interseccionais. Certamente focalizadas e atentas às multiplicidades de vozes ainda silenciadas no espaço acadêmico, científico e político, auguramos que novos fazeres autoetnográficos de mulheres e feministas negras ganhem espaço, se instalem como um campo científico de estudos e agenciamentos na esfera política do cotidiano e nas nossas relações raciais, sociais, coletivas, pessoais e educacionais.

Referências

- BLANCO, Mercedes. ¿Autobiografía o autoetnografía? *Desacatos*, México, n. 38, p. 169-178, abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1607-050X2012000100012&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2021.
- BROWN-VINCENT, Layla D. Seeing it for wearing it: autoethnography as black feminist methodology. *Taboo: The Journal of Culture*, Nevada, v. 18, n. 1, p. 109-125, 2019. Disponível em: <https://digitalcommons.lsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1212&context=taboo>. Acesso em: 10 abr. 2021.

- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
- DOUGLAS, Kitrina; CARLESS, David. A history of autoethnographic inquiry. In: JONES, Stacy Holman; ADAMS, Tony E.; ELLIS, Carolyn. *Handbook of Autoethnography*. Abingdon: Routledge, 2013. Chapter 2. Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/pdf/doi/10.4324/9781315427812.ch2>. Acesso em: 5 de abril de 2021.
- EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. De estudantes a professoras universitárias: docentes negras construindo práticas de enfrentamento ao racismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 2018, Uberlândia, MG. *Anais [...]*. Uberlândia: Copene, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1532898649_ARQUIVO_Textocopenefinal.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.
- EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. Dialogando autoetnografias negras: interseções de vozes, saberes e práticas docentes. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 15, n. 32, p. 33-52, 2019. Doi: 10.22481/praxis.v15i32.5042.
- GRIFFIN, Rachel. Alicia. I am an angry Black woman: black feminist autoethnography, voice, and resistance. *Women's Studies in Communication*, Abingdon, v. 35, n. 2, p. 138-157, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1080/07491409.2012.724524>
- MITRA, Rahul. Doing ethnography, being an ethnographer: The autoethnographic research process and I. *Journal of Research Practice*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1-20, 2010. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ902233>. Acesso em: 5 de abril de 2021.
- REED-DANAHAY, Deborah. *Auto/Ethnography: rewriting the self and the social*. Oxford: Berg, 1997.
- SALTERS, Jasmine. *Touching Paranoia: A Black Feminist autoethnography on race, desire, and erotic massage*. Theis (Ph.D in Communication) - University of Pennsylvania, Philadelphia, PA, USA, 2016. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4349&context=edissertations>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- SANTOS, Camila Matzenauer dos; BIANCALANA, Gisela Reis. Autoetnografia: um caminho metodológico para a pesquisa em artes performativas. *Revista Aspás*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 53-63, 2018. Doi: 10.11606/issn.2238-3999.v7i2p53-63.
- SANTOS, Silvio Matheus Alves. *Experiências de desigualdades raciais e de gênero: narrativas sobre situações de trabalho em uma fast fashion*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Doi: 10.11606/T.8.2019.tde-07112019-170454.
- SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Doi: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2017.113972. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>. Acesso em: 19 mar. 2021.

Recebido em: 14 out. 2022

Aceito em: 15 dez. 2022

